



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE JANEIRO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa de vários diplomas.

Em sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra, além do Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (Couto dos Santos) e dos Srs. Secretários de Estado dos Recursos Naturais (António Taveira), do Sistema Educativo (Emídio San-

tos), da Cultura (Santana Lopes) e da Ciência e Tecnologia (Fernandes Thomaz), os Srs. Deputados André Martins (Os Verdes), José Apolinário (PS), António Filipe (PCP), Maria Luísa Ferreira (PSD), Rui Vieira e Carlos Luís (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Sousa e Silva.
Adérito Manuel Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro José Martins Viegas.
Ana Paula Matos Barros.
António Barbosa de Melo.
António Barradas Leitão.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António da Silva Bacelar.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Manuel Fernandes Alves.
António Germano Sá e Abreu.
António José da Mota Veiga.
António Maria Pereira.
António Paulo Coelho.
Aristides Alves Nascimento Teixeira.
Arlindo da Silva Moreira.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos de Almeida Coelho.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Lélis.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Miguel de Valleré P. de Oliveira.
Carlos Oliveira da Silva.
Cecília Pita Catarino.
Delmar Ramiro Palas.
Dinah Serrão Alhandra.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares Lima.
Duarte Rogério Matos V. Pacheco.
Eduardo Alfredo de C. Pereira da Silva.
Elói Franklin Fernandes Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando dos Santos Antunes.
Fernando Gomes Pereira.
Fernando Marques de Andrade.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel da Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco João Bernardino da Silva.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Guilherme Rodrigues Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Isilda Maria Pires Martins.
Jaime Gomes Mil-Homens.
José Alberto Granja dos S. Silva.
João Álvaro Poças Santos.
João de Oliveira Martins.
João do Lago Mota.

João Granja da Fonseca.
João José da Silva Maças.
João José Pedreira de Matos.
João Salgado.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Maria Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Scabra Roque da Cunha.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José Ângelo Ferreira Correia.
José António Peixoto Lima.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
José Borregana Meireles.
José de Almeida Cesário.
José Freitas Costa Leite.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leal Ferreira Piedade.
José Leite Machado.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Gaspar.
José Mário Lemos Damião.
José Pereira Lopes.
José Reis Leite.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Carrilho da Cunha.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldès.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Antero Cunha Pinho.
Manuel Azevedo.
Manuel Baptista Cardoso.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Costa Andrade.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Manuel Simões Marques.
Maria da Conceição Figueira Rodrigues.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Helena Ramos Mourão.
Maria Leonor Beleza Mendonça Tavares.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Marília Dulce Coelho Morgado Raimundo.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário de Oliveira Santos.
Melchior Ribeiro Pereira Moreira.
Miguel Bento Martins de Macedo e Silva.
Miguel Fernando Cassola Miranda Relvas.
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.
Olinto da Cruz Ravara.
Pedro Domingos de Sousa Holstein Campilho.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Chancerelle de Machete.
Rui Fernando da Silva Rio.
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
Simão José Ricon Peres.

Telmo José Moreno.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.
 Vítor Manuel Igreja Raposo.
 Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
 Alberto Bernardes Costa.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 Alberto Manuel Avelino.
 Américo Albino Salteiro.
 Ana Maria Dias Bettencourt.
 António Alves Martinho.
 António Fernando Correia de Campos.
 António Fernandes da Silva Braga.
 António de Almeida Santos.
 António Domingos Azevedo.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Marques Júnior.
 António Ribeiro Campos.
 Armando António Martins Vara.
 Artur Rodrigues Pereira dos Pencados.
 Carlos Manuel Costa Candal.
 Carlos Manuel Luís.
 Edite Fátima Marreiros Estrela.
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Eurico José de Figueiredo.
 Fernando Manuel Costa.
 Fernando P. Sousa.
 Fernando Pereira Marques.
 Guilherme Valdemar P. Oliveira Martins.
 Gustavo Rodrigues Pimenta.
 Helena de Melo Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Maria Lemos de Menezes Ferreira.
 José Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Lação Costa.
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.
 José Almeida Leitião.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Eduardo Vera Cruz Jardim.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Manuel Santos Magalhães.
 José Martins Goulart.
 José Rebelo dos Reis Lamego.
 José Sócrates de Sousa.
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos.
 Luís Capoulas Santos.
 Luís Filipe Madeira.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Ferreira Baptista Sampaio.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Videira Lopes.
 Raul Fernando Costa Brito.

Raúl Pimenta Rêgo.
 Rui António Ferreira da Cunha.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Gaião Rodrigues.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 José Manuel Maia.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Silva Viana de Sá.
 Maria de Lourdes D. Fernandes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Casimiro da Silva Tavares.
 Manuel Tomás Cortês Rodrigues Queiró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.

Partido da Solidariedade Nacional:

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca.
 Luís Emídio Mateus Fazenda.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: proposta de lei n.º 16/VI — Autoriza o Governo a legislar em matéria de regime jurídico das relações colectivas de trabalho, que baixou à 7.ª Comissão; projectos de lei n.º 59/VI (PS) — Acesso ao ensino superior, que baixou à 8.ª Comissão, 60/VI (PCP) — Altera o processo de concessão de alvarás no âmbito da categoria de obras particulares quando essas obras não ultrapassem um limite de 8000 contos (altera o Decreto-Lei n.º 100/88, de 23 de Março), que baixou à 6.ª Comissão, e 61/VI (PCP) — Reorganização administrativa da área do actual município de Loures, com a criação, por desanexação, de dois novos municípios, de Odivelas e Sacavém, que baixou igualmente à 6.ª Comissão; interpelação ao Governo n.º 2/VI (Os Verdes) — Debate sobre política geral, centrado na política do ambiente e ordenamento do território.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa ordem de trabalhos de hoje, que consta de uma sessão de perguntas ao Governo.

Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais sobre a importação, transporte, depósito, tratamento e recuperação de resíduos tóxicos perigosos em Portugal, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: Como tivemos oportunidade de ouvir dizer várias vezes ao ex-Secretário de Estado do Ambiente, o problema dos resíduos, em Portugal, é o negócio do futuro. Nós também temos um pouco esse entendimento, porque cada vez produzimos mais resíduos e, de facto, é necessário tratá-los. Infelizmente, em Portugal, o tratamento de resíduos é praticamente nulo!

A questão que gostaria de colocar ao Sr. Secretário de Estado diz respeito aos resíduos tóxicos perigosos produzidos em Portugal, que são — até como a própria designação indica — prejudiciais à saúde pública e ao ambiente.

Como não têm qualquer tipo de tratamento, estes resíduos estão a ser lançados indiscriminadamente nos solos, nos rios, o que, ao longo dos tempos, tem contribuído para pôr em perigo os próprios aquíferos, que, como se sabe, fazem o abastecimento público de água em Portugal.

Esta situação foi inventariada em 1987 pela Secretaria de Estado do Ambiente. Nessa data, e segundo uma estimativa feita junto dos industriais, concluiu-se que se produziam em Portugal mais de 1 milhão de toneladas/ano de resíduos tóxicos perigosos. Esse estudo também apontava para que em 1992-1993 se poderiam produzir, em Portugal, cerca de 2 milhões de toneladas/ano de resíduos tóxicos perigosos. Através desse estudo podemos igualmente concluir que não há qualquer tipo de tratamento de resíduos ou que aquilo que existe é insignificante. Quem produz resíduos tóxicos perigosos tem certamente dificuldade ou até receio de divulgar que o faz, pelo que, sendo aquele estudo uma mera estimativa, pode até admitir-se que o valor real é muito superior àquele que ali é revelado.

Em 9 de Fevereiro de 1990 fiz uma pergunta sobre esta mesma matéria ao então Secretário de Estado do Ambiente, que me respondeu nestes termos: «Tenho o prazer de anunciar aqui o estado dos trabalhos. Dentro de 15 dias estará concluído o caderno de encargos, que está a ser preparado entre o IAPMEI e a Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente, no sentido de vir a ser aprovado pelas tutelas da área do ambiente e da indústria dentro de três semanas. Vamos lançar um concurso público para adjudicação da construção desse sistema durante o mês de Março de 1990. Contamos ter a recepção das propostas durante o meses de Abril e Maio, de acordo com as regras internacionais dos concursos públicos nesta matéria; contamos também que a selecção, pela comissão de análise, possa ser feita durante o mês de Junho de 1990. Estou seguro de que a adjudicação para o concurso público entretanto aberto, em relação ao qual terá decorrido todo esse prazo, esteja feita no final desse mês. No 2.º semestre deste ano, 1990, Portugal terá, portanto, em construção uma estação para este efeito, financiada com dinheiros do PEDIP e da empresa ou consórcio que vier a ganhar este concurso com toda a transparência para que fique resolvido de vez este problema.»

Esta declaração foi feita em 1990. Estamos em 1992 e ainda não sabemos onde é que se situa essa estação de tratamento (que ainda nem sequer está em construção!).

Nesta mesma data, e face ao facto de no distrito de Setúbal a produção de resíduos tóxicos perigosos se situar a 60 % dessa produção, o ex-Secretário de Estado avançou com a hipótese de esta estação de tratamento se situar numa linha entre Lisboa e Setúbal. Ora, como todos nós sabemos, foi largamente anunciado pelos órgãos de comunicação social que a estação de tratamento poderia vir a ser instalada no concelho de Grândola.

Decorrido mais de um ano sobre esta intervenção do ex-Secretário de Estado, gostaria que V. Ex.ª fizesse o ponto da situação e que nos dissesse se, de facto, essa estação de tratamento se vai localizar nessa linha Lisboa-Setúbal. Quando é que, finalmente, vamos ter uma estação ou um sistema de tratamento?

Gostaria igualmente que V. Ex.ª enquadrasse esta questão com o problema da importação de resíduos e que aproveitasse esta ocasião para esclarecer aquilo que se está a passar neste momento com uma empresa de Setúbal (como é do conhecimento de todos, já foi dado um prazo à empresa para reexportar os resíduos tóxicos importados).

Frequentemente a comunicação social é obrigada a especular sobre as questões para que, depois, o Governo venha informar ou tomar posição sobre a matéria.

Gostaria, pois, que o Sr. Secretário de Estado fizesse o ponto da situação e que nos dissesse quando é que vamos resolver este problema dos resíduos tóxicos perigosos.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais (António Taveira): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Martins: Gostaria de começar por salientar a minha absoluta concordância e a do Governo com os comentários que fez em relação aos resíduos em geral e quanto aos resíduos tóxicos perigosos em particular.

Efectivamente, é sabido que a produção industrial em particular — e este é o domínio que vale a pena salientar — gera da sua laboração, em determinadas áreas sectoriais, subprodutos sólidos que, de uma maneira geral, constituem a chamada categoria de resíduos sólidos, que colocam problemas de eliminação extremamente complicados.

Hoje, grande parte das orientações e da doutrina aponta para a reciclagem, na medida do possível, dos resíduos.

Mas dentro destes resíduos sólidos há uma categoria que merece uma atenção especial e que é a dos resíduos tóxicos perigosos. A perigosidade e a complexidade associada a estes resíduos conduz a situações que, segundo as experiências feitas por vários países (quer da Comunidade quer do resto do Mundo), revelam que este é um domínio onde muitas vezes é difícil estabelecer uma fronteira clara entre as situações de legalidade e de ilegalidade, e trata-se de um domínio onde existe, com alguma frequência, uma propensão para a ilegalidade.

Reconhecendo de alguma maneira esta situação, os vários países do Mundo assinaram a Convenção de Basileia, que procura ser um acordo internacional que estabelece, efectivamente, quais as regras que devem presidir, do ponto de vista das relações internacionais, ao comércio, transporte e regulação dos resíduos tóxicos perigosos.

Por outro lado, acresce que a própria Comunidade Económica Europeia tem vindo a preocupar-se com estas matérias e, provavelmente, virá a ser aprovado, no decurso da presidência portuguesa, um regulamento comunitário no domínio dos resíduos tóxicos, do seu transporte e da sua eliminação.

Como primeira prioridade, procurar-se-á fazer a valorização e a reciclagem do resíduo e a não ser possível esse aproveitamento, então terá de se pensar em processos de eliminação.

Tal como o Secretário de Estado do Ambiente informava em 1990, Portugal tem tido, nesta matéria, um comportamento perfeitamente linear e adequado do ponto de vista

de resolução interna do problema à escala nacional. Para além de ter assinado a Convenção de Basileia, cujo processo de ratificação está em curso, poucos meses depois da intervenção do Secretário de Estado, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 121/90, que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária nesse domínio. Essa transposição esclarece, com toda a linearidade, um procedimento de salvaguarda, quer do ponto de vista de potenciais importações de resíduos tóxicos perigosos, quer do ponto de vista das próprias exportações, uma vez que não é admissível que um país tenha dualidade de critérios em relação a esta matéria. Os cuidados e as salvaguardas a pôr no acto eventual de importação também devem ser postos no de exportação.

Através de um sistema articulado envolvendo a Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente, a Direcção-Geral das Alfândegas e a Guarda Fiscal, foi possível realizar, a partir do Decreto-Lei n.º 121/90, um processo eficaz, do ponto de vista do acompanhamento, da análise e do licenciamento de eventuais tráfegos e comércio.

Todavia, e importa dizê-lo, Portugal não era um país onde não existissem já algumas salvaguardas e, nomeadamente, a Portaria n.º 379/87 previa mecanismos — não sendo, no entanto, tão eficaz como o Decreto-Lei n.º 121/90 — que possibilitavam um controlo rigoroso da importação e salvaguardava as situações de ilegalidade, ou seja, salvaguardava as situações assentes em comportamentos ilícitos ou ilegais que, como toda a gente sabe, são muitas vezes difíceis de controlar. Assim, neste âmbito, a situação está perfeitamente controlada.

Há, no entanto, duas outras situações a que gostaria de fazer referência e, desde logo, a de como vai ser o sistema nacional dos resíduos tóxicos perigosos.

Efectivamente, tal como o Secretário de Estado do Ambiente dizia, na intervenção que já referi, em Setembro de 1990, após a comissão designada para a avaliação das propostas ter concluído os seus trabalhos, o Governo decidiu adjudicar a construção e exploração do sistema a um consórcio que tinha como missão fazer a concepção, a construção e a exploração do sistema centralizado de resíduos perigosos.

Nos termos do contrato estabelecido, a laboração terá de ser iniciada em 1993, pelo que não diria que estamos atrasados — segundo as informações oficiais que temos não há qualquer atraso na implementação do concurso, nos termos em que foi feito. A empresa tem a obrigação de estabelecer as localizações e de fazer essa proposta ao Governo. Ainda não o fez formalmente, porque, julgamos, está a desencadear contactos para a aquisição dos terrenos, mas, segundo as informações de que dispomos, aponta-se para a construção de um aterro na Área Metropolitana do Porto, eventualmente na zona de Gondomar-Valongo, de um outro aterro na zona de Setúbal e de uma estação de depuração, provavelmente em Sines. Será este, em princípio, o cenário geográfico. A hipótese de Grândola, na zona a sul do Tejo, para a localização do aterro, também era uma hipótese a ter em consideração.

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado André Martins, queria saudar, em nome da Câmara, os alunos das escolas que se encontram presentes — Colégio do Sagrado Coração de Maria, de Lisboa, e Escola Secundária n.º 2 do Seixal.

Aplausos gerais.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Secretário de Estado, a questão da localização da estação de tratamento tem levantado grande polémica e já tive oportunidade de referir aqui, noutras ocasiões, que a informação que é dada pelo Governo às populações e às autarquias sobre estas matérias deveria ser feita de uma forma mais intensiva e mais esclarecedora para que não se criassem situações como aquelas que se têm vindo a criar em vários domínios, e em particular neste, envolvendo, designadamente, as populações do concelho de Grândola.

O Governo, no próprio concurso para a instalação do sistema de tratamento de resíduos, não indicava os locais previsíveis da instalação da estação, mas no caderno de encargos essa questão era levantada. Posso dizer-lhe que na p. 40 do referido caderno apontava-se, de facto, o concelho de Grândola para implantação da estação e esta questão nunca foi revelada publicamente. No entanto, aconteceu o que aconteceu no concelho de Grândola e, naturalmente, toda a população daquela região do distrito de Setúbal está preocupada, porque trata-se de resíduos tóxicos perigosos e não há informação sobre esta matéria. Ora, o responsável por isso é, de facto, o Governo, que nem sequer informou directamente a Câmara de Grândola do que se estava a passar e, inclusivamente, da possibilidade da estação de tratamento e dos riscos que envolve para que houvesse um mínimo de segurança.

Naturalmente, nós sabemos que se Portugal produz resíduos eles têm de ser tratados e o seu tratamento tem de se localizar em algum sítio, mas, no nosso entendimento, se este processo for conduzido de uma forma aberta e transparente, não se criam situações como as que se criaram.

O Sr. Secretário de Estado acabou agora de referir que, de facto, uma das localizações é Grândola e a questão que lhe coloco vai nesse sentido. Há dois pareceres negativos do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa quanto à localização da estação na mina de Caveira. Um desses pareceres refere-se à situação sísmo-tectónica e diz o seguinte: «A proximidade da falha activa de Grândola, capaz de gerar sismos de magnitude local 6,5, inviabiliza a utilização da mina para a deposição de resíduos tóxicos perigosos.»

Um outro parecer do mesmo departamento dessa Faculdade relativamente à situação hidro-geológica diz que «deve ser rejeitada a hipótese de os depositar dada a importância dos aquíferos que podem vir a afectar a zona». E, como sabe, os aquíferos daquela região abastecem as populações de Setúbal, que podem efectivamente ser afectadas. Para além de os resíduos hoje em dia serem depositados a céu aberto. E os recortes de jornais, as informações que existem, as tomadas de posição de entidades públicas locais relativamente a estas matérias são conhecidas.

Corre-se também o risco derivado da sua deposição a céu aberto e das infiltrações e escorrimento destes produtos para os aquíferos. Apesar disto, o Governo inclina-se para a localização de uma estação deste tipo num local que já tem estes pareceres negativos.

A questão, mais uma vez, é esta, Sr. Secretário de Estado: isto tudo vive um pouco no segredo dos deuses. V. Ex.^a começou por me dizer que está à espera que a empresa arranje a localização e depois vem dizer que se aponta para Grândola. O que pedimos ao Governo é que nestas matérias, para que não se criem especulações e para que a segurança das pessoas e dos bens seja salvaguardada atempadamente, haja uma informação adequada para que todos nós possamos mais e melhor acreditar num governo que, afinal, foi eleito por uma maioria absoluta. Embora sendo da oposição, é isso

por uma maioria absoluta. Embora sendo da oposição, é isso que esperamos deste governo. Penso que estamos a transmitir aquilo que é o sentimento do povo português.

Ao longo deste tempo, ao longo de várias matérias (e esta em particular) uma das acusações que fazemos ao Governo — e é a primeira — é a falta de informação, a falta de transparência, mais uma vez, da Administração relativamente a estes problemas.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Martins, com regularidade, de 15 em 15 dias, desloco-me aqui ao Hemiciclo para responder a perguntas que V. Ex.^a me coloca, e tenho de lhe confessar, com toda a sinceridade, que considero que tem havido um sentido altamente positivo nas perguntas que tem feito, da mesma maneira que considero que a pergunta de hoje tem um sentido altamente positivo e, de facto, cumprimento-o por esse sentido positivo que tem dado às suas perguntas. Independentemente das divergências que naturalmente temos, penso que há um acto fundamental que é de esclarecimento, de informação, que é aqui prestado com regularidade.

No entanto, sou, como V. Ex.^a com certeza é, um defensor claro da transparência da acção governativa, e essa tem sido, aliás, uma postura do Governo neste domínio e noutros. Contudo, convém que sejamos muito realistas nesta matéria. O Governo tinha duas alternativas neste caso: ou fixava, à partida, as localizações possíveis para o sistema nacional de tratamento de resíduos sólidos e abria um concurso condicionado a localizações prévias — era uma metodologia perfeitamente aceitável — ou abria concurso sem fixar parâmetros rígidos quanto ao sistema de tratamento de resíduos tóxicos perigosos e, independentemente das indicações que vêm em algum momento no caderno de encargos, de facto não é estabelecida — e o Sr. Deputado, que está informado, concordará comigo — uma localização rigorosa para nenhuma componente do sistema nacional de tratamento de resíduos tóxicos perigosos.

Nesse sentido, de alguma maneira, no próprio concurso foi transferida para o consórcio que ganhou o concurso a responsabilidade — porque está inerente ao próprio processo de localização — de entrar em contacto com os órgãos legítimos da Administração, particularmente com as câmaras municipais e as juntas de freguesia. É do nosso conhecimento específico que tem havido contactos entre a empresa e a Câmara Municipal de Grândola, tal como é do nosso conhecimento que a própria Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente tem tido contactos e conversas com a Câmara Municipal de Grândola a este respeito.

No entanto, Sr. Deputado, penso que devemos ser todos muito realistas relativamente a esta matéria porque, quer como iniciativa do Estado e a administração central, quer como iniciativa do Estado na sua componente autarquias locais, toda a questão da localização dos resíduos sólidos (sejam resíduos perigosos ou não) e das estações de tratamento de águas residuais (sejam estações de tratamento para usos meramente domésticos, quer sejam estações de tratamento para águas industriais) é uma questão que suscita polémica e naturalmente os locais prefeririam sempre que não fossem localizadas nas imediações das suas casas, das suas fábricas e dos locais onde trabalham mas noutros sítios. Portanto, sejamos muito objectivos e muito realistas desse ponto de vista. Nenhuma localização deste tipo vai trazer

alegria, vai ser pacífica do ponto de vista das populações que vão ser vizinhas deste tipo de equipamentos. Verdade é que se estes equipamentos não se localizarem em sítio nenhum não poderão existir. Estamos completamente de acordo que deve haver uma fortíssima negociação e, mais do que isso, talvez deva haver compensações a estabelecer para ser um incentivo ou um contrabalanço à localização destes equipamentos.

Penso que esclareci a razão de ser desta situação. A empresa tem a responsabilidade da concepção e da implementação do sistema e como não houve localizações fixas *a priori* de alguma maneira foi-lhe transferida a responsabilidade de fazer esses contactos e de fazer essa informação, está inerente. No entanto, registo a sua preocupação e vou desde já informar-me sobre a forma específica como têm ocorrido esses contactos entre a empresa e as autarquias, embora esteja absolutamente seguro de que no caso do concelho de Grândola tem havido contactos com a Câmara Municipal, até por informações de que a própria Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente foi abordada pelo seu presidente no sentido de ter a sua opinião sobre essa matéria.

Concluindo, Sr. Deputado, penso que nesta matéria temos um sistema que está em condições de ter eficácia em 1993. Saberemos, com toda a firmeza, actuar se por qualquer motivo isso não vier a acontecer, estamos absolutamente seguros, que o sistema legislativo e os instrumentos jurídicos que temos disponíveis para actuar em casos de ilegalidade ou de prevaricação são eficazes e estamos também absolutamente seguros de que — e posso informá-lo disso com toda a segurança — vai haver um empenhamento muito grande do Governo, durante a presidência portuguesa, no sentido da aprovação de um regulamento comunitário nesta matéria.

O Sr. Presidente: — Para fazer uma pergunta sobre o ponto da situação relativo à EXPO 92 ao Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Vimos questionar o Governo sobre a promoção de Portugal no quadro da EXPO 92, uma vez que hoje é o dia 24 de Janeiro de 1992. Daqui a menos de três meses — a 20 de Abril de 1992 — a EXPO 92 abrirá em Sevilha. Como as demais exposições universais, esta exposição é palco para a representação de países de todos os continentes. Nas actuais estimativas prevêem-se cerca de 12 milhões de visitantes (turistas), ao longo dos seis meses que se seguirão à sua abertura. Com as actuais projecções dos organizadores, sob o ponto de vista turístico, poderemos apontar para um número de dormidas superior aos 12 milhões, 80 % das quais de um segmento de rendimento médio-alto ou alto.

Há um ano, a oferta de camas de 3, 4 e 5 estrelas no raio de 90 minutos a partir de Sevilha pouco ultrapassava as 14 000. Num raio de duas horas, e abrangendo a Costa do Sol, o total de camas disponíveis para o turismo era de 33 000. Em Sevilha concretizaram-se entretanto quatro unidades hotelciras.

Ora, existindo um trajecto em auto-estrada entre Sevilha e Huelva e uma novel ponte do Guadiana, o Algarve está a duas horas da EXPO 92.

Por isso mesmo, e como demonstrou o especialista em consultadoria de turismo, Sr. Humberto Leal, num seminário em 8 de Abril de 1991, este era um mercado potencial para o turismo da região. Não que o Algarve necessite da EXPO 92

para encher os seus hotéis, mas porque uma adequada campanha promocional permitiria explorar mercados alternativos em termos de procura turística, contribuindo para a diminuição da dependência do turismo do Algarve em relação a alguns países, ou seja, diversificando e reequilibrando a procura turística da região.

O Governo Português foi atempadamente alertado. Nada foi feito.

O projecto de um Centro de Promoção Turística em Sevilha não teve ainda a luz do dia, apesar de a proposta inicial do então presidente da Região de Turismo do Algarve, Luis Filipe Madeira, levar já alguns anos desde o momento em que foi apresentada.

Não se concretizou ou não se sabe quando se concretizará a campanha publicitária promocional em redor de Sevilha, nomeadamente com *placards* de estrada. A deterioração e as obras na estrada Huelva-Vila Real de Santo António, bem como a segurança de veículos em Sevilha, são assuntos que preocupam os Algarvios, mas que não mereceram até hoje os «bons officios» do Governo Português junto das autoridades de Espanha.

O facto de muitos dos hotéis em Sevilha já estarem em *overbooking*, de os seus preços terem subido consideravelmente, bem como o natural desejo de fuga à confusão por parte dos próprios Sevilhanos, talvez traga ao Algarve algum efeito lateral da EXPO 92. Mas nada se deve às autoridades portuguesas.

O programa de actividades da representação portuguesa não contempla o Algarve. Mesmo no *stand* de Portugal, onde se prevê um justo destaque à actividade turística, as Regiões Autónomas e Macau terão um espaço privilegiado de apresentação, mas o Algarve não.

A EXPO 92 é uma oportunidade adiada para a urgente aproximação cultural, empresarial e de cooperação entre as duas regiões.

Sr. Ministro, V. Ex.^a poderá aqui anunciar-nos a conclusão atempada do nosso pavilhão. É sua obrigação, sobretudo depois de Portugal ter sido incluído no *ranking* dos «muito atrasados». Mas gostaria que respondesse também a todo este conjunto de interrogações e em particular se o Algarve terá ou não destaque próprio no pavilhão nacional. Mais: se o caíque, símbolo do arrojo das gentes de Olhão, figurará ou não no nosso pavilhão e se, depois da EXPO 92, e uma vez que a informação oficial continua a ser a da efemeridade do nosso pavilhão, o Governo vai manter ou não o pavilhão em Sevilha, e se nesse caso será ou não o Algarve considerado na sua gestão, quer na vertente turística, quer eventualmente como centro de negócios e representação empresarial da Região do Algarve na Andaluzia.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (Couto dos Santos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Apolinário: Antes de responder à sua pergunta, gostaria apenas de clarificar um ponto. É que me parece, Sr. Deputado, que V. Ex.^a faz alguma confusão entre o que deve ser a actividade do Governo e aquilo que deve ser a actividade dos agentes económicos. Portanto, procurarei na minha resposta clarificar esse papel porque nunca tivemos uma visão estalinista do Estado e, consequentemente, cada um tem o seu papel a desempenhar.

O Sr. António Vairinhos (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Como sabe, Portugal foi o primeiro país a aderir à EXPO 92, foi o primeiro país a escolher a localização do seu pavilhão; foi o primeiro país a assinar o contrato do seu pavilhão em Sevilha. Temos mantido com as autoridades espanholas um excelente relacionamento e como fruto desse relacionamento realizaram-se alguns encontros — um deles no Algarve, como V. Ex.^a certamente sabe. Nessa reunião nós próprios dissemos aos agentes então presentes na sala que estaríamos na disposição — e aproveito para responder a uma questão que me colocou e que deriva da tal confusão entre sociedade civil e papel do Governo — de apoiar activamente uma associação ou ligação Algarve-Andaluzia que perdurasse para além da EXPO 92, aproveitando todo este potencial que se vai gerar entre as duas regiões. Até hoje aguardamos a resposta, e V. Ex.^a compreenderá que não é o Governo que vai fazer a associação.

Sr. Deputado, relativamente à potenciação do Algarve, que, penso, é a sua preocupação na questão que coloca, nós reunimos com a Comissão de Turismo. O Comissariado de Sevilha várias vezes reuniu com os responsáveis do turismo, tem reunido com agentes económicos, sobretudo com o núcleo empresarial, tem-lhes dado informação e tem-nos estimulado e informado que da parte do Governo Português terão todo o apoio em todas as acções que venham a desenvolver potenciando a EXPO 92.

Devo-lhe dizer que sempre estive no nosso espírito potenciar o Algarve até porque, como sabe, naquela região não existe capacidade de acolhimento e hoje os Espanhóis estão com bastantes engarrafamentos. Aliás, posso-lhe dizer que há neste momento do lado português e do lado espanhol — mas apenas, como lhe disse, com apoio do Governo, porque são as entidades e os agentes económicos que o terão que fazer — um grande intercâmbio no que diz respeito a transportes de Faro para Sevilha e de Lisboa para Sevilha. Como sabe, interessa-nos sobretudo potenciar Lisboa como aeroporto de recepção de transatlânticos em direcção a Sevilha. Também propusemos às autoridades espanholas, inclusivamente ao nível do Conselho da Europa, que fosse potenciado o eixo cultural Tomar-Lisboa-Sagres-Sevilha como forma de valorizar um percurso cultural que perdurasse para além de 1992. Foi nesse sentido, Sr. Deputado, que a ponte sobre o Guadiana, que o seu partido tanto apelidou de eleitoralista, foi acelerada. Como vê, ela mostra-se necessária para responder às necessidades de 1992.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Temos tido uma preocupação de potenciar o aproveitamento do Algarve e sempre apelámos aos agentes económicos do Algarve porque estamos convencidos de que, embora existisse inicialmente uma certa relutância da parte espanhola, por razões puramente comerciais, os Espanhóis compreenderam que precisam da capacidade hoteleira do Algarve e não só. Além disso, do nosso lado pretendemos não só potenciar o aspecto comercial mas sobretudo o aspecto cultural. Aliás, pretendemos potenciar toda a riqueza que existe no Algarve no sentido de que quem vá a Sevilha também passe pelo Algarve.

Nesse sentido, dir-lhe-ei que as estimativas iniciais apontavam para 30 milhões de visitantes em Sevilha, mas foram reduzidas para cerca de 20 milhões e eu estou convencido de que elas andarão próximo desse valor. Nós fizemos um cálculo aproximado e concluímos que será fácil trazer ao Algarve entre 5 % e 10 % e assim o Algarve terá um afluxo — anormal, neste caso — da ordem de 1, 2 milhões de visitantes. É esta a nossa perspectiva e é nela que trabalhamos neste momento.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, V. Ex.^a desculpar-me-á mas sobre o que lhe perguntei nada disse. Em primeiro lugar, V. Ex.^a é responsável pelo Comissariado da EXPO 92 e o programa que está a ser publicamente divulgado diz que será feita no pavilhão nacional uma vasta representação do sector do turismo, nomeadamente das Regiões Autónomas e de Macau, que terão um espaço privilegiado de apresentação, mas nada diz quanto ao Algarve. Isto contraria aquilo que o mesmo Comissariado escreveu na declaração inicial em que sublinhava a importância de que a EXPO 92 fosse um momento para aproximar duas culturas, nomeadamente a Andaluzia e o Algarve.

Em segundo lugar, a ideia do centro de promoção turística em Sevilha não sai do tinteiro. A promoção, nomeadamente em termos de *placards* de estrada, não sai do tinteiro. Aliás, a comunicação social tem dado conta de que o próprio Ministro do Comércio e Turismo terá manifestado a sua insatisfação pelo facto de a equipa governamental não ter salvaguardado financeiramente os necessários recursos para essa acção. Não sei se é verdade ou não, mas é facto que, questionado sobre esta matéria na Comissão de Economia, Finanças e Plano, o Sr. Ministro do Comércio e Turismo também nada disse.

Isto tudo seria grave se colocássemos esta questão apenas hoje, mas o que é facto é que o Governo criou uma comissão chamada Comissão para o Acompanhamento das Actividades Turísticas e Acontecimentos Especiais, que teve uma primeira versão liderada pelo Sr. Deputado Mendes Bota. E sabe V. Ex.^a o que essa Comissão fez? Fez zero! Teve uma segunda versão, liderada pelo Sr. Celestino Domingos. Sabe o que é que fez? Zero! Passou depois para a competência do Instituto de Promoção Turística, que também não se sabe o que é que fez.

Ou seja, neste momento, a três meses da EXPO 92, temos o Algarve à margem dessa actividade, e se esta região beneficiar dessa exposição não é por mérito das autoridades portuguesas nem da actividade governamental em termos turísticos. Aliás, o Algarve comparticipa com uma parte significativa para o Centro de Promoção Turístico de Portugal em Espanha, mas porque estamos a duas horas da EXPO 92.

O Sr. Ministro também nada disse quanto ao futuro do pavilhão, pelo que o questiono directamente: vão ou não as associações empresariais da região do Algarve ter um espaço nesse pavilhão? Vai ou não o turismo do Algarve ter, finalmente, um centro de promoção turística, ideia lançada há vários anos pela Região de Turismo do Algarve? Vai ou não a EXPO 92 ser um momento para potenciar essa aproximação cultural e histórica entre o Algarve e a Andaluzia? Ou o Sr. Ministro é como alguns dos seus colegas do Governo — conheço-o suficientemente bem para julgar que não — que têm a ideia de que Portugal termina em Grândola, localidade onde está previsto o fim da auto-estrada? De resto, em relação à rede de gás, ao acesso ao TGV ou ao Centro da Europa tudo se fará como se o Algarve não fosse parte de Portugal.

Ora, nós consideramos que o Algarve é parte de Portugal inteiro e que o nosso País, ao promover-se em Espanha na EXPO 92, tem de ter essa componente.

Mais: o Sr. Ministro é capaz de divulgar nesta Assembleia quais são os acontecimentos, nas iniciativas do programa de actividades, com um destaque específico em

relação à região do Algarve? É que sou capaz de dizer-lhe com quanto é que esta região comparticipa para o turismo de Portugal em Espanha, mas o Sr. Ministro não é seguramente capaz de dizer-me quais são as actividades de rua que visam dinamizar e promover o Algarve no quadro da Exposição Universal de Sevilha.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Apolinário, não estranho que não reconheça que os resultados da Exposição Universal de Sevilha se fiquem a dever ao Governo, porque o Sr. Deputado e o seu partido nunca tiveram a humildade de reconhecer o bom trabalho que o executivo tem desenvolvido ao longo destes anos.

O Sr. José Apolinário (PS): — Não desconverse, Sr. Ministro! Esta questão é diferente!

O Orador: — O Sr. Deputado colocou-me uma questão na qual confundi a EXPO 92 com outra realidade. Aliás, no pedido de esclarecimento que acabou de formular, não sabia se estava a referir-se à EXPO 92 se à promoção do turismo no Algarve.

O Sr. José Apolinário (PS): — Das duas coisas!

O Orador: — Penso que o Sr. Deputado deveria separar as coisas e, então, colocar a questão relativa ao turismo ao meu colega do Comércio e Turismo que, certamente melhor do que eu, porque melhor documentado, lhe responderia às suas questões.

Assim, em relação à EXPO 92, posso adiantar-lhe que o pavilhão português terá espaços reservados ao Algarve de acordo com contactos estabelecidos e, se essa área não é maior, tal facto é da responsabilidade dos agentes do Algarve que têm sido contactados, tal como aconteceu com os da Madeira e os dos Açores, e que rapidamente, nomeadamente no caso da Madeira, deram uma resposta e tiveram direito a um espaço.

Com certeza que o Sr. Deputado não quer que seja o Governo a nacionalizar as estruturas do movimento associativo de carácter privado existentes no Algarve, «pegar nelas, metê-las num autocarro com toda a pompa e circunstância, chegar a Sevilha e dizer: aqui têm o vosso espaço!»

Quanto ao futuro pavilhão português em Sevilha, questão a que não aludi há pouco, tem havido contactos — e creio que está informado desse facto — com o turismo e com as associações empresariais do Algarve. Embora o pavilhão seja desmontável, a nossa opção, face à resposta dessas associações, será no sentido de o manter como ponta avançada da tal ligação que queremos que perdure no tempo depois de 1992 entre o Algarve e a Andaluzia.

Não me parece que Portugal termine junto à ponta do Guadiana, antes pelo contrário, até porque estamos na Europa e, a partir de 1993, cada vez mais isso acontecerá.

Portanto, esse pavilhão será, desde já, um espaço português em Sevilha que queremos potenciar, não só do ponto de vista cultural como economicamente.

A esse respeito, ainda não tomámos uma decisão em definitivo, porque os próprios Espanhóis ainda não chega-

ram à conclusão sobre que género de centro vão fazer de Sevilha. Pensaram num centro comercial e económico, mas na última versão que nos transmitiram já falavam num centro de telecomunicações. Face a isto, temos de fazer uma opção, mas estamos decididos a apoiar as associações empresariais e, neste caso muito particular, as do Algarve para que esse espaço esteja ao seu serviço.

Sr. Deputado, não me referi inicialmente à conclusão do pavilhão, porque, tratando-se de uma observação sua, quis deixá-lo com as suas certezas. No entanto, devo esclarecê-lo de que, no final de Fevereiro, começarão a ser montadas as exposições e os *stands*, que o nosso pavilhão estará terminado em Março e que, certamente no dia 20 de Abril, Portugal, com toda a dignidade e força da sua cultura e presença, estará em Sevilha pronto para a abertura do seu pavilhão a todos os visitantes.

E esteja confiante, Sr. Deputado, de que nesse dia muitos dos visitantes de Sevilha passarão pelo Algarve e que teremos para oferecer, juntamente com as instituições do lado de cá, manifestações do que somos e do que queremos ser.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo sobre a extinção do INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica), tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo, o decreto-lei que veio definir a orgânica do actual governo e que dispõe, a dado passo, que o Instituto Nacional de Investigação Científica transita para o Ministério do Planeamento e da Administração do Território (estava no Ministério da Educação) que articulará com o Ministério da Educação a sua extinção, sem haver sequer uma explicação preambular acerca desta decisão — a extinção do INIC —, que veio apanhar de surpresa toda a comunidade científica, teve a natureza de uma execução sumária, sem julgamento, sem explicações e sem instâncias de recurso.

Tendo o INIC órgãos dirigentes e consultivos e centros responsáveis e tendo as universidades órgãos próprios e autónomos, como se permite ao Governo tomar uma decisão como a da sua extinção e a integração dos seus 119 centros nas universidades, sem que qualquer destas entidades tenha sido previamente ouvida?

O Governo não ignora, decerto, a contestação que esta decisão motivou e as preocupações que suscitou e que suscita. Lembro, a propósito, a posição do Prof. Britaldo Rodrigues, que, na sequência desta decisão, se demitiu do lugar de presidente do INIC por não aceitar — e cito — «ser o presidente da comissão liquidatária de uma instituição que considero fundamental para a investigação portuguesa».

Lembro a posição de 36 investigadores do Instituto Superior Técnico, que, exercendo a sua actividade no complexo 2 do INIC, temem a inviabilização dos seus projectos, e a solidariedade que manifestou publicamente o presidente do conselho científico deste instituto. Lembro também a posição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, que discordou publicamente da extinção do INIC; a dos presidentes e vice-presidentes dos conselhos científicos do INIC, todos eles antigos ou actuais reitores de universidades portuguesas, que aprovaram unanimemente uma posição contrária à extinção do INIC; a dos directores dos 11 centros do INIC na Universidade de Coimbra e a posição contrária à extinção do INIC tomada pelo ex-Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Prof. Sucena Paiva.

Terei de esquecer involuntariamente muitas outras, porque a lista é longa, mas lembro ainda a referência feita pelo Sr. Presidente da República à «dança» dos institutos nos departamentos ministeriais.

A questão, Sr. Secretário de Estado, pode sintetizar-se na expressão feliz do Prof. Sá Fonseca, num artigo publicado em 1 de Dezembro último: «A extinção do INIC não resolve qualquer problema de fundo, mas levanta outros problemas que ninguém sabe como resolver.»

Pergunto, portanto, como passará a ser financiada e coordenada a investigação nas universidades, quando deixa de existir a agência financiadora — que era o INIC —, entidade que todos, a começar pelos reitores, reconhecem como necessária. Quem garante, no presente quadro de asfixia financeira das universidades, que o destino das verbas, até aqui para o funcionamento dos centros do INIC, não vão ser desviadas da investigação? Como vão gerir as verbas para a investigação, instituições sem dinheiro para pagar a água, a luz ou o telefone? Que entidade assegurará as restantes atribuições do INIC? Que destino terão os investigadores e técnicos dos centros?

Qual o futuro de dezenas de bolseiros do INIC no estrangeiro e dos compromissos internacionais assumidos? Como serão integrados os centros interuniversitários, como os complexos 1 e 2? Os investigadores do complexo 2 já recusaram a integração no Instituto Superior Técnico, dado que têm colaborações com outras universidades e partilham espaços e equipamentos comuns, o mesmo se passando com o complexo 1. Como será dada continuidade e com que financiamentos, aos domínios da investigação fundamental e das ciências sociais e humanas?

Aguardo a resposta de V. Ex.^a a estas questões.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo.

O Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo (Emídio Santos): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, quando se refere ao artigo 11.º, n.º 3, da Lei Orgânica do XII Governo Constitucional, também se podia ter referido ao artigo 28.º, n.º 3, que especifica que no prazo de 120 dias a contar da data de entrada em vigor do presente diploma devem ser submetidos ao Conselho de Ministros os projectos de diploma que consagrem para cada ministério, organismo ou serviço as alterações que se revelem necessárias e decorram da nova estrutura orgânica do Governo, o que significa que decorre o prazo em que o Governo tem condições para elaborar a legislação necessária à política que foi definida.

Ainda quanto ao documento da Lei Orgânica do Governo, o artigo 30.º especifica que as alterações da estrutura orgânica são acompanhadas pelo consequente movimento de pessoal, sem dependência de qualquer formalidade e sem que daí resulte perda de direitos adquiridos. Parecem estar, assim, salvaguardadas as preocupações que têm quanto à eventualidade de alguém ser prejudicado por esta medida do Governo.

É obviamente impossível responder ao número de perguntas que colocou. No entanto, indetifico uma tónica que se pode dizer geral e que se traduz na dúvida em relação ao destino das verbas. Isto é, que garantia têm os investigadores de que o dinheiro destinado à investigação vai ser utilizado e como serão integrados os centros.

Isto é um pouco estranho, pois as universidades portuguesas, há já alguns anos, viram uma lei de autonomia aprovada por esta Assembleia e com certeza que reconhecem que têm condições para exercer a sua autonomia científica. No entanto, expressam-se em seguida dúvidas sobre a capacidade de as universidades desenvolverem as acções necessárias à prossecução dessa autonomia.

Sr. Deputado, eu acredito nas universidades!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Secretário de Estado, tenho de manifestar a minha decepção quanto à resposta que me foi dada. V. Ex.^a disse que era impossível, neste pouco tempo, responder às muitas questões que coloquei, mas, na verdade, também não se esforçou muito por responder.

V. Ex.^a apenas salvaguardou os direitos do pessoal. Também o que faltava era que as pessoas que trabalham no INIC ficassem no desemprego ou numa situação semelhante!...

No entanto, estamos aqui a discutir qual é o futuro da investigação no quadro da extinção do INIC, que é a grande questão relativamente à qual o Governo tem de responder. Isto é, o Governo, ao decidir a extinção do INIC, veio criar problemas muito difíceis de solucionar. Inclusive, demonstrou que, apesar de ter tomado essa decisão sem ouvir ninguém e com a contestação que houve relativamente a esta medida, também não sabe o que é que há-de fazer. A prova disso é um despacho publicado antecorrem, dia 21 de Janeiro de 1992, através do qual o Governo acaba de nomear uma comissão que, no prazo de 60 dias, deve apresentar propostas de reestruturação dos organismos que vão suceder ao INIC.

Portanto, o Governo revela que tomou uma decisão unilateral, ou seja, sem consultar ninguém e agora acaba por revelar também que não tem ideias quanto à forma de resolver um problema tão crucial como é este da investigação científica em Portugal.

O Sr. Secretário de Estado fala da autonomia das universidades. Que respeito teve o Governo pela autonomia das universidades quando toma a decisão de extinguir o INIC e integrar os seus centros nas universidades sem ouvir sequer o Conselho de Reitores e, ainda, contrariando uma posição do Conselho de Reitores, como tem sido repetidamente expresso?

Pessoas como o Prof. Esperança Pina vieram afirmar publicamente, nos jornais, que era uma vergonha nacional e um desastre para a investigação científica em Portugal aquilo que se estava a fazer com a extinção do INIC — as palavras são dele.

Sr. Secretário de Estado, gostaria de concluir este pedido de esclarecimentos confrontando-o com uma citação. Creio que era interessante que todos reflectíssemos sobre quem poderia ter dito isto. Num colóquio, realizado não há muitos anos em Tróia, tendo como tema «Realidades e Perspectivas da Investigação Científica no Ensino Superior», foi afirmado por um participante o seguinte: «A minha posição é a de agradecer ao INIC a acção que tem vindo a desenvolver e que não deve acabar. Nós temos tão poucas agências de financiamento em Portugal e o INIC deve ser considerado mais uma agência de financiamento; portanto, o que deve, talvez, é ser modificado o seu tipo de actuação, mas nunca acabar.» E dizia ainda, mais à frente: «Julgo que haver uma centralização total da investigação é tremendamente perigoso, é contra a liberdade de investigação.»

Quem produziu estas afirmações foi o actual Ministro da Educação, numa altura em que ainda não o era!

O Sr. João Amaral (PCP): — E quando deixar de o ser vai voltar a dizê-lo!

O Orador: — Creio, portanto, que estas palavras merecem uma reflexão, dada a decisão que o Governo tomou de, subitamente, extinguir o INIC.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo.

O Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, a investigação é uma das componentes fundamentais das universidades e como frisei há pouco elas têm autonomia.

O Governo não integrou qualquer centro do INIC em qualquer universidade; porém, se essa integração se vier a verificar, ela deve ser feita com a aquiescência da universidade onde essa integração se venha a concretizar.

Não passa pela cabeça do Governo — e, possivelmente, não passa pela cabeça de ninguém — que os centros sejam «despejados» nas universidades, não sei com que força de obrigatoriedade, dada a sua autonomia.

Quanto à investigação, na parte que diz respeito ao Ministério da Educação, ela centra-se fundamentalmente nas universidades. Mas o ministério da tutela, obviamente, não enjota a sua parte na colaboração com elas, no que diz respeito à investigação, e, portanto, ela resultará da conjugação da acção das universidades.

No entanto, o Sr. Deputado mostra uma ideia diferente, de um certo dirigismo, na gestão da investigação. Essa política não é a do Ministério da Educação.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo sobre a gestão no ensino básico e secundário, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Luísa Ferreira.

A Sr.^a Maria Luísa Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo, o Decreto-Lei n.º 172/91, que define o regime de direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, vem dar resposta adequada à exigência do exercício de uma ampla autonomia que permita devolver a escola ao meio, inserindo-a na realidade local, por forma a torná-la, tanto quanto possível, motor e pólo de desenvolvimento.

É que, pela primeira vez, o conceito de comunidade educativa é claramente assumido, levando à direcção da escola todos os intervenientes no processo educativo.

Pela primeira vez também a gestão, como função de vertente essencialmente técnica, é atribuída a um órgão próprio, cujo titular, sendo embora um docente, terá uma formação especializada.

Esta clara separação de atribuições cria, a nosso ver, condições que permitem compatibilizar melhor a aplicação dos magnos princípios de democraticidade — que forjam cidadãos democratas — com a estabilidade, a responsabilização e a eficácia, indispensáveis ao sucesso educativo e a uma maior e melhor rentabilização dos recursos, ano após ano sempre escassos.

Por estas e outras virtualidades que lhe são reconhecidas pela esmagadora maioria dos intervenientes no processo educativo, o novo modelo de gestão permitirá prestar à escola portuguesa os serviços de que ela urgentemente carece. Hoje, mais do que nunca, a dinâmica da comunidade a que aderimos exige uma sólida preparação dos nossos jovens e não se compadece com perdas de tempo que podem tornar-se irreparáveis. Urge, pois, em nosso entendimento, impulsionar o novo modelo de gestão.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Secretário de Estado, a equipa governativa da Educação, de que V. Ex.^a faz parte, acaba de assumir a responsabilidade da reforma educativa, cujos pormenores estão ainda, em alguns aspectos, insuficientemente definidos, como é o caso vertente da gestão.

Registamos, porém, com muito agrado a intenção de S. Ex.^a o Ministro em acelerar a sua implementação, intenção afirmada recentemente em sede de comissão parlamentar e reafirmada ontem mesmo nesta Câmara.

O Decreto-Lei n.º 172/91, no seu capítulo «Disposições gerais», remete para momento posterior à sua aprovação a tomada de medidas indispensáveis à sua generalizada aplicação. Assim sendo, solicitamos a V. Ex.^a, Sr. Secretário de Estado, as informações que passo a enunciar.

Primeira: para quando prevê o Governo a regulamentação prevista no artigo 49.º, nomeadamente a definição das áreas escolares, sem a qual não haverá qualquer experiência global a nível da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico?

Segunda: quando arrancará a experiência prevista no artigo 52.º?

Terceira: para essa primeira experiência, manter-se-á o quadro de estabelecimentos de ensino e áreas escolares previsto em despacho conjunto dos Secretários de Estado Adjunto e da Reforma Educativa, de 16 de Setembro de 1991?

Quarta: sendo certo que sem avaliação se perdem as experiências, afigura-se-nos importante a criação do conselho de acompanhamento previsto no artigo 48.º do referido diploma, desde já para acompanhar a implementação do novo sistema e as experiências desde o seu início. Poderá V. Ex.^a, Sr. Secretário de Estado, prestar a esta Câmara alguma informação também sobre esta matéria?

(A oradora reviu.)

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder às perguntas formuladas, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo.

O Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Maria Luísa Ferreira, referiu V. Ex.^a o Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio, que define o regime de direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Trata-se de uma peça fundamental para que a escola, que tem visto os seus programas de ensino renovados e as suas instalações e equipamentos readaptados, se ajuste no seu funcionamento à nova realidade em que se insere, com uma maior integração no meio.

Pergunta V. Ex.^a, em primeiro lugar, para quando se prevê a regulamentação do artigo 49.º e, em segundo lugar, quando arranca a experiência prevista no artigo 52.º

A regulamentação prevista no artigo 49.º não é estritamente necessária a que a experiência referida no artigo 52.º se inicie e deverá até beneficiar das indicações que dela venham a recolher-se. Assim, o Ministério da Educação conta iniciar a experimentação do novo regime de direcção, administração e gestão no próximo ano escolar, utilizando o conjunto de estabelecimentos de ensino e áreas escolares que já se encontra definido. É óbvio que, havendo uma experiência no lançamento deste tipo de gestão, tal experiência tem de ter necessariamente, para fazer sentido, uma comissão de acompanhamento que proceda à avaliação dos resultados que forem obtidos durante a experiência, de modo que, se houver correcções a fazer ou melhorias a introduzir, elas possam resultar directamente do conhecimento que se for obtendo.

A Sr.^a Deputada tem acompanhado este processo, que tem consumido um prazo de tempo bastante dilatado, mas, na realidade, não se tendo verificado o início dessa experiência de funcionamento no ano lectivo de 1991-1992, só será possível lançá-la no novo ano lectivo, contando com o prazo que ainda resta até ao seu início para lançar os mecanismos necessários ao início dessa experiência de funcionamento.

Em relação à última questão colocada pela Sr.^a Deputada, dir-lhe-ei que, se há experiência, irá certamente existir comissão de acompanhamento, de forma a poder avaliá-la.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Luísa Ferreira.

A Sr.^a Maria Luísa Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo, gostaria ainda de lhe colocar uma questão relativa ao director executivo.

Conferir à gestão das escolas mais rentabilidade e maior responsabilidade e eficácia foram, seguramente, princípios que estiveram na base da elaboração do novo diploma relativo à gestão. Por isso, o processo de concurso para recrutamento e selecção do director executivo reveste-se, a nosso ver, da maior importância, com vista a seleccionar os mais aptos e preparados para a gestão das escolas.

Assim sendo, poderá esperar-se, Sr. Secretário de Estado, que, de entre os documentos da regulamentação a publicar, esteja prevista a definição de um perfil de director, com parâmetros de exclusão ou preferência que, de alguma forma, balizem, objectiva e subjectivamente, os candidatos a concurso?

(A oradora reviu.)

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo.

O Sr. Secretário de Estado do Sistema Educativo: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Maria Luísa Ferreira, para a concretização do lançamento desta experiência e a generalização da nova gestão são necessários, para além do referido pela Sr.^a Deputada, os diplomas, já perfeitamente identificados e em fase de ultimação, que passo a enunciar: um decreto regulamentar que fixe a remuneração do director executivo; uma portaria de recrutamento e selecção do director executivo, na qual serão contempladas as preocupações que a Sr.^a Deputada acaba de expressar; uma portaria que regule a formação do director executivo, uma vez que, tratando-se de uma nova figura, é preciso

prover a que os tipos de conhecimentos e de formação sejam devidamente proporcionados; uma portaria que defina as competências específicas dos diversos órgãos e estruturas; um despacho que fixe a composição disciplinar dos departamentos curriculares; uma portaria com a composição dos conselhos de escola; um despacho definidor do número de adjuntos; uma portaria que defina a criação de áreas escolares e a regulamentação das escolas básicas de nove anos integradas.

É evidente que estes dois últimos diplomas não são especificamente necessários ao lançamento da experiência, mas terão de estar prontos para a fase de generalização, que, segundo se espera, decorrerá um ou dois anos depois de lançada essa experiência.

A preocupação que a Sr.^a Deputada expressou está, pois, contemplada. O perfil do director será especificado e o conjunto de legislação a que me referi está em últimação, tendo já sido ouvidos parceiros sociais nalguns casos. A legislação estritamente necessária ao início da experiência será lançada com a maior brevidade possível e a restante logo que possível.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, o Grupo Parlamentar do PS vai fazer agora uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado da Cultura, relativa à situação do Mosteiro da Batalha.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Vieira.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado da Cultura: O Mosteiro da Batalha é um dos expoentes máximos da arquitectura portuguesa. Juntamente com o Mosteiro dos Jerónimos e o de Alcobaça constitui um marco fundamental da nossa história cultural, política e espiritual.

Símbolo da independência nacional, o Mosteiro da Batalha é um dos maiores e mais monumentais conjuntos arquitectónico-monacais da Europa, justamente reconhecido como património mundial. O seu inquestionável valor deveria merecer do Governo uma especial atenção quanto à sua conservação, manutenção e valorização.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ora, não é isso que vem acontecendo.

A burocracia paralizante do IPPC, a aplicação de critérios meramente economicistas em conjugação com o natural desgaste dos anos e dos prejuízos causados por fenómenos naturais, tudo isto contribuiu para criar uma situação preocupante, a que é necessário dar resposta.

Vejamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se cometi o pecado do exagero:

O portal gótico da igreja sofre de «cancro da pedra» e apresenta uma inclinação acentuada.

A parede do lado norte da igreja tem uma grande deformação, uma «barriga» respeitável, mas perigosa, que, por sua vez, provocou estragos nas abóbadas.

A pedra utilizada nos restauros, levados a cabo no século passado — como, por exemplo, aqueles que foram realizados na cobertura da Torre da Cegonha —, está a desfazer-se, por ter sido utilizado um calcário de má qualidade, muito inferior ao da construção original.

A poluição automóvel ataca visivelmente as paredes exteriores.

A zona envolvente da ala norte está num estado deplorável.

No terreiro de acesso, fronteiro ao monumento, onde se situa a estátua do Contestável, há uma grande quantidade de lajes partidas.

A iluminação exterior e interior é claramente deficiente.

Os dois jardins interiores estão ao abandono. Foi apresentado ao IPPC um plano para drenar convenientemente os terrenos, proceder ao necessário levantamento arqueológico e fazer o plantio. 7000 contos era o custo das obras. O IPPC não disse que sim nem que não.

O visitante depara com uma confrangedora falta de informação. Não existe nem sequer um simples folheto impresso. Não existe também qualquer programa de animação do Mosteiro.

Dos 50 000 contos, arrecadados com a entrada de visitantes, o IPPC reserva — pasme-se — 48 contos por ano para a manutenção do monumento (é o que diz a rubrica para bens não duradouros do orçamento do Mosteiro), menos do que se gasta numa casa de habitação para idêntico fim.

Sr. Secretário de Estado, nem este estado de coisas é novo nem a minha preocupação com esta lamentável situação é de hoje. Já em 21 de Março de 1990 proferi aqui uma intervenção sobre o assunto, tendo o PS apresentado então o projecto de deliberação n.º 74/V. Podia o Governo ter aproveitado o conjunto de sugestões então proposto e, seguramente, não teríamos hoje motivo para interpelar V. Ex.^a sobre esta matéria.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Cultura.

O Sr. Secretário de Estado da Cultura (Pedro Santana Lopes): — Sr. Presidente, permita-me, antes de mais, na minha primeira participação dos trabalhos desta Legislatura, saudar V. Ex.^a e a Mesa, bem como o conjunto dos Srs. Deputados eleitos, desejando os maiores sucessos nos trabalhos ao abrigo deste mandato.

Sr. Deputado Rui Vieira, ouvi atentamente a enumeração dos factores de depreciação de um monumento tão significativo e, de todos aqueles que referiu, retive um que é, de facto, da responsabilidade directa do Estado, ao nível do poder central — o da burocracia paralizante do IPPC.

Observei também que não referiu, em momento algum — certamente por razões políticas, que julgo deviam estar arredadas do tratamento destes temas —, a responsabilidade da autarquia em todo o processo e, como sabe, as necessidades de acerto de posições entre o Instituto Português do Património Cultural e a Câmara Municipal da Batalha têm acontecido frequentemente. No entanto, como não gosto de proceder do mesmo modo, não vou invocar álibis ou conversa política de segundo escalão para tratar de temas de tão grande significado.

Quero dizer-lhe que anotei, com o devido respeito, a menção que fez de que o IPPC não teria dito «nem sim nem não», por exemplo, às propostas de trabalho de recuperação dos dois jardins interiores. No entanto, posso referir-lhe que essas obras — e algumas estavam inscritas, e decorreram, no ano de 1991 (PIDDAC 91) — vão ter lugar no ano de 1992, nomeadamente os trabalhos de recuperação de cantaria, dos jardins e das coberturas, especificamente a da Sala do Capítulo, porque estão de facto num estado preocupante. Mas não só: estão também em obras os claustros e o Coruchêu da Cegonha, com a substituição de pedra, para além de várias outras intervenções que estão a ser feitas na pedra do Mosteiro e que eu próprio tive oportunidade de visitar pouco

depois da intervenção que o Sr. Deputado teve ocasião de fazer aqui no Parlamento e da deliberação que foi aprovada. Julgo que foi cerca de um mês depois, mas não posso precisar.

Quero dizer, para além do mais, que o Mosteiro da Batalha, como o Sr. Deputado sabe e salientou na intervenção que produziu em 1990, tem problemas derivados da circulação do tráfego, facto que agora apenas mencionou de passagem.

Trata-se de problemas que atingem toda a zona envolvente ao Mosteiro, em relação à qual estamos a lançar um concurso de ideias para, em colaboração com a autarquia, afastarmos esse espectáculo degradante, cuja solução exige a colaboração de todos.

Quero ainda informá-lo de que vai começar a funcionar, já no próximo mês de Fevereiro, uma escola de vitral — o Mosteiro da Batalha detém o conjunto de vitrais mais significativo dos monumentos portugueses, como sabe —, cujos candidatos serão seleccionados durante este mês, a qual funcionará durante dois anos, isto é, de Fevereiro de 1992 a Fevereiro de 1994. Estamos a tentar que o Ministério da Educação confira a equivalência, já solicitada, aos cursos nela ministrados.

Para além disso, foi acordada entre o Ministério da Educação, o IAPMEI e a Secretaria de Estado da Cultura, a criação de uma escola de artes e ofícios, com o apoio de verbas do Fundo Social Europeu, que visa não só o trabalho em vitral mas também, e principalmente, o trabalho em cantaria — ofício nobre em vias de desaparecimento, como sabe —, em relação ao qual o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Cultura têm estado a tomar medidas, inclusive ao abrigo dos programas de formação profissional decididos pelos Ministros da Cultura no âmbito das Comunidades Europeias.

Julgo que o Sr. Deputado Rui Vieira tem razão num ponto — e peço aos Srs. Deputados, bem como à comunicação social, que, num conjunto de observações, normalmente retêm apenas aquelas em que o Governo reconhece haver razão, retenham também aquelas em que tal não acontece — é que o Mosteiro da Batalha necessita, de facto, de uma intervenção com verbas, meios humanos e materiais muito mais significativa do que aquilo que tem acontecido até agora.

A análise que faço da situação, no meio do conjunto enorme de obras que estamos a fazer nos principais monumentos e sítios de significado histórico-cultural, por todo o País, é que a intervenção neste Mosteiro tem estado, de facto, muito condicionada pela resolução do problema ligado ao tráfego rodoviário e ao acerto de posições entre o IPPC e a Câmara Municipal da Batalha.

A situação vivida, até agora, pelo Mosteiro da Batalha não nos deve encher de alegria ou de orgulho, pelo contrário, pois as intervenções que têm sido feitas foram as estritamente necessárias.

Estamos num ano em que se justifica uma intervenção do Estado sem o recurso aos fundos comunitários, ao contrário, por exemplo, de outros grandes monumentos por todo o País em que estamos a intervir.

Já estão inscritos no PIDDAC deste ano, de forma directa, praticamente 85 000 contos para a intervenção que terá lugar em 1992. Mal se verifique o acerto definitivo de posições entre o Estado e a autarquia, julgo que uma nova fase será possível em relação à intervenção no Mosteiro da Batalha.

Para terminar, quero informar que o perito da UNESCO que esteve em Portugal, em 1990, devido ao incidente no

Mosteiro dos Jerónimos, analisou o Mosteiro da Batalha por causa do cancro da pedra e fez um relatório que revela que o estado geral do mosteiro não é preocupante.

Há já algum tempo, alguém disse que o mosteiro estava assente sobre uma estrutura apodrecida; no entanto, os trabalhos de prospecção então feitos não revelaram que houvesse fundamentos para uma preocupação tão grande.

Sr. Deputado, faz bem alertar para a situação do Mosteiro da Batalha, mas quero dizer-lhe, em resposta, que estamos atentos e que, fruto dos vossos alertas, da nossa atenção e do trabalho de todos nós, os erros de décadas e de séculos com certeza irão ser corrigidos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Peço a palavra para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Vieira, quero, em meu nome pessoal e em nome da Mesa, agradecer ao Sr. Secretário de Estado da Cultura as amáveis palavras que proferiu no início da sua intervenção e, em nome da Câmara, fazer votos de um bom mandato.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Sr. Presidente, quero chamar a atenção do Sr. Secretário de Estado da Cultura e do seu colega das Obras Públicas, a propósito do Mosteiro da Batalha, para o facto de que seria bom fazer regressar a estrada ao seu traçado antigo, porque parece que o Condestável está apenas a servir de sinaleiro e não há estátua que resista a ser vista de cima para baixo.

Voltando a estrada ao seu traçado antigo, o mosteiro fica a mais 100 m do viandante, mas terá mais dignidade.

O Sr. Presidente: — Apesar de não ser uma pergunta à Mesa, suponho que foi pertinente esta observação.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Vieira.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Cultura: Reconheço, mau grado a situação geral do Mosteiro, que nos causa preocupações e a V. Ex.^a também — segundo penso, por aquilo que acabei de ouvir —, que alguma coisa vem sendo feita. Pouco, a meu ver!

Acho positiva a medida que anunciou em relação a uma escola de vitral, que vai funcionar durante dois anos com financiamento da Comunidade Económica Europeia, mas já estranho que, por exemplo, a escola de canteiros, que funciona dentro do próprio Mosteiro, seja particular e tenha de sobreviver à custa de trabalhos que faz para o exterior, quando, como se sabe, há imensos trabalhos a fazer dentro do próprio Mosteiro.

No entanto, reconheço que há, por parte do Governo, boa vontade, apesar de eu ter constatado que o conjunto de preocupações que hoje aqui trouxe durante alguns anos não teve ainda resposta.

Senão, vejamos, Sr. Secretário de Estado: as lajes do terreiro frontal ao monumento foram partidas há seis anos, por altura da celebração do VI Centenário da Batalha de Aljubarrota, em 1985, quando por ali entraram carros do exército, que partiram uma grande extensão de lajes, assim continuando, passado este tempo, o que trás problemas, para além do da conservação, pondo em risco a saúde das pessoas que visitam o mosteiro.

Referi também a inclinação do portal gótico, tema que V. Ex.^a não abordou. Quanto a este problema, e não sou perito na matéria, ouvi alguns técnicos competentes referirem a necessidade de fazer um reforço das fundações, por forma a evitar que essa inclinação possa ter consequências graves, que todos desejamos evitar.

Relativamente ao estado extremamente degradado das paredes exteriores do Mosteiro, penso que este assunto não precisa de estudos especiais, bastando mandar fazer a limpeza. Aliás, penso que os custos que isso envolve não deverão ser incomportáveis, pelo que lhe pergunto por que razão é que tal ainda não foi mandado fazer.

Há também um outro problema que referi, que parece pequeno mas é, sem dúvida, preocupante. Repare, Sr. Secretário de Estado, a verba é tão exígua que a iluminação do Mosteiro não é paga pelo próprio mosteiro. Por exemplo, a iluminação da igreja é paga pela paróquia da Batalha, o que quer dizer que agora, especialmente durante o inverno, entramos no Mosteiro pelo acesso principal, que é o da igreja, completamente às escuras. E quem diz a igreja diz também as quadras funerárias, cujo acesso é feito pela igreja.

De facto, não sei por que razão é que o mosteiro não paga a energia eléctrica da igreja.

Um outro assunto a que o Sr. Secretário de Estado não fez referência, mas que eu considero importante, tem a ver com aquilo que se passa em termos de informação — e neste domínio vejamos o que se passa na vizinha Espanha e aprendamos com eles —, uma vez que quando chega ali um visitante ele não tem a mínima informação sobre o Mosteiro.

Repare, Sr. Secretário de Estado, antigamente o visitante pagava uma determinada importância e era-lhe dado um bilhete que, no verso, tinha algumas informações elementares sobre a história do Mosteiro; hoje, nem isso existe! Desapareceu! Não há um único folheto impresso, já para não falar dos guias, que não existem...!

De facto, penso que um monumento destes deveria merecer mais atenção por parte do Governo, por forma a resolver alguns dos problemas que aqui referi.

Finalmente, lamento que um conjunto de iniciativas, que tiveram lugar nos primeiros anos da década de 80, como, por exemplo, a projecção de diaporamas sobre a história do mosteiro e a realização de exposições temporárias, tenham acabado, pura e simplesmente devido à falta de verba.

De facto, há aqui problemas graves e, na verdade, o eu trazer aqui este problema não se traduz numa exploração política de segundo escalão, porque eu nunca viria aqui pretender tirar qualquer efeito político mas sim abordar este tema seriamente, reconhecendo que há vontade de fazer qualquer coisa — aliás, a prova disso é a nomeação do director do Mosteiro, que, penso, pode vir ajudar a resolver alguns problemas e superar a burocracia a que me referi.

Portanto, peço-lhe, Sr. Secretário de Estado, que o Mosteiro da Batalha mereça mais atenção por parte de V. Ex.^a e que, tendo-o visitado há mais de dois anos, o faça mais amiudadas vezes — aliás, eu passo por lá quase todas as semanas — para ver que, de facto, este conjunto de preocupações é real.

Para finalizar, gostaria de dizer que não referi a responsabilidade da autarquia porque não é ela que está aqui a ser interpelada, mas sim o Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Cultura.

O Sr. Secretário de Estado da Cultura: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, gostaria de dizer que temos dados referentes a algumas alterações na estrutura do edifício que nos dizem que elas não são preocupantes.

No entanto, devo referir que a noção que tenho do funcionamento das instituições e da responsabilidade relativamente ao património leva-me — a partir do momento em que um Sr. Deputado, no órgão de soberania como é a Assembleia da República, levanta o problema nos termos em que o Sr. Deputado o fez, e que foram correctos — a solicitar ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) uma vistoria rigorosa ao estado actual da estrutura do monumento, para nos certificarmos das informações de que dispomos.

Portanto, posso assegurar-lhe que, a partir do momento em que o Sr. Deputado fez esse alerta no Parlamento, essa intervenção será imediatamente solicitada e oportunamente informá-lo-ei dos resultados dos trabalhos levados a efeito pelo LNEC.

Em segundo lugar, queria dizer-lhe que o Mosteiro da Batalha tem orçamentados 21 900 contos no seu orçamento anual, dos quais cerca de 1800 contos são destinados só a despesas de funcionamento. O Sr. Deputado mencionou apenas a verba para bens não duradouros, que reconheço que é absolutamente exígua, mas os números no seu total, nas diferentes componentes, são estes.

O Sr. Deputado faz bem — como todos os Srs. Deputados — em alertar para as diferentes preocupações relativas ao património tão rico que temos. Porém, lembro-lhe que estamos a intervir no Museu de Arte Antiga, no Mosteiro dos Jerónimos, no Palácio da Ajuda, no Convento de Santa Clara, no Museu de Soares dos Reis, no Mosteiro de Tibães, em Sagres, ou seja, estamos a intervir um pouco por cada lado.

Isto, não significa que o Mosteiro da Batalha não deva merecer uma primeira atenção nessas preocupações. Por isso, esses alertas e essas sugestões são sempre bem-vindos. Aliás, na sequência do seu alerta, só lhe posso garantir um reforço da atenção dada ao Mosteiro da Batalha e do trabalho a levar a cabo, este ano, pela Secretaria de Estado da Cultura em relação ao património.

Todavia, quero deixar, a si e à Câmara, a expressão do sentimento de que há ainda muito trabalho a fazer, mas que, por outro lado, muito está já a ser feito.

O Sr. Deputado, com certeza, reconhecerá que o que referi acerca do Mosteiro da Batalha levanta muitas questões entre o IPPC e a câmara municipal e, aliás, a observação feita pelo Sr. Deputado Raúl Rêgo condiciona também um pouco a decisão para uma intervenção definitiva.

É que o Sr. Deputado Raúl Rêgo, naquilo que disse, tem toda a razão, porque, enfim, a estrada nacional está já condicionada pela auto-estrada que existe e as circunstâncias são diferentes. Vamos ver, pois, se essa aspiração — de que julgo que todos comungamos — pode, agora, concretizar-se na prática.

Um aspecto que o Sr. Deputado Rui Vieira referiu, a animação cultural, e relativamente ao qual tem toda a razão, constitui tarefa prioritária do Instituto Português do Património Cultural e do Instituto Português dos Museus durante este ano. Se no final deste ano todos os museus e palácios de interesse nacional, sob a responsabilidade do Estado, não tiverem programas de ilustração sobre o seu significado e o respectivo roteiro museológico devidamente elaborado, haverá responsabilidades a pedir. Porém, posso desde já garantir que no final deste ano isso estará feito!

Lembro-lhe de que no ano passado, só em Lisboa, sob a responsabilidade do Instituto Português do Património Cultural, fizemos várias publicações sobre a zona de Belém e instituímos uma rota do património, em colaboração com a Carris, para os turistas, nacionais ou estrangeiros, que percorre os principais pontos de interesse monumental em Lisboa. Mas há ainda grandes «brechas» no todo museológico nacional, em matéria de informação, a quem o visita. Trata-se de uma insuficiência lamentável, quer de informação em português quer nas línguas dos principais movimentos turísticos.

Para terminar e quanto ao exemplo espanhol, queria dizer que penso que já estamos numa situação em que não devemos olhar tanto para a impressão que ele nos causa. Ainda nesta semana estive na inauguração de Madrid, Capital Europeia da Cultura no Ano de 1992 — não quero tecer comentários, pois fui convidado e tive toda a honra em lá estar — e estou certo de que Lisboa fará muitíssimo melhor, repito, muitíssimo melhor!

Quero também referir que, recentemente, na exposição CIRCA 92, onde, pela primeira vez, a Espanha tentou ter uma participação muito significativa e muito à nossa frente, Portugal — uma exposição que foi encerrada, com o devido brilho, pelo Sr. Presidente da República — teve uma participação tal que ninguém pode dizer que a Espanha ficou à nossa frente, pela sua importância e significado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, começa a ser tempo de os nossos vizinhos espanhóis — e bastava ler a imprensa espanhola acerca dessa exposição — atentarem naquilo que é o exemplo português.

Quanto ao caso do Mosteiro da Batalha, repito que tem razão em várias das observações que fez e agradeço os termos correctos e elevados da sua intervenção.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, versando a situação da investigação científica em Portugal, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Luís, do Partido Socialista.

O Sr. Carlos Luís (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Às críticas generalizadas que têm surgido à política científica do Governo, este tem tentado responder com o argumento de que se trata apenas de vozes isoladas.

Mas as posições de discordância continuam a avolumar-se. Em 1989-1990, figuras importantes dos meios científicos e universitários subscreveram uma declaração criticando o Programa Ciência, acordado em Abril de 1990 entre o Governo Português e a Comunidade Económica Europeia.

De entre os subscritores, destacam-se os reitores das Universidades de Lisboa e do Porto, respectivamente Meira Soares e Alberto Amaral, o ex-presidente da JNICT, Mariano Gago, o historiador José Matoso, o sociólogo Boaventura Sousa Santos e o geógrafo Jorge Gaspar.

Vice-reitores da Universidade do Porto aderiram também, como foi o caso de Carvalho Guerra, Cândido dos Santos e Oliveira Fernandes. Tomaram idêntica posição responsáveis por faculdades e centros de investigação, como Nuno Grande, do Instituto de Abel Salazar, Afonso de Barros, do ISCTE, Leopoldo Guimarães, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova.

A declaração foi a primeira manifestação pública de um fenómeno latente, desde Março de 1990, de desagrado de largos sectores da comunidade científica relativamente ao Programa Ciência, do qual são responsáveis o Ministro do Planeamento e da Administração do Território, Valente de Oliveira, e o ex-Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Sucena Paiva.

Se o programa mobilizador da ciência — o Programa Ciência, anunciado com pompa e circunstância — frustrou as expectativas da comunidade científica, agora, decorrido quase um ano, a frustração então é total. A posição do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia (CSCT) não é, porém, a única posição formal de crítica às actuais orientações de política científica.

Na última reunião do conselho consultivo da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), um órgão do qual fazem parte mais de duas dezenas dos mais reputados cientistas portugueses, seria votado, por unanimidade, um documento onde se exprimem as mais vigorosas reservas tanto quanto à política científica do ex-Secretário de Estado Sucena Paiva, como quanto à gestão de Carlos Salema, actual presidente da JNICT.

Aquele documento — que tem igualmente como principal objecto de análise o planeamento plurianual — começa por manifestar uma «profunda preocupação» devido ao processo de marginalização a que tem sido sujeito, queixando-se de ser «frequentemente confrontado com situações irreversíveis, ou cuja revisão foi considerada impraticável pela direcção da JNICT, devido aos calendários adoptados ou por outros motivos».

Relativamente ao orçamento para a ciência para o corrente ano, este documento recorda «que a lei estabelece que o orçamento deve ser programado, de forma que, no prazo de 10 anos», ou seja, em 1998, «a percentagem dedicada à investigação atinja 2,5 % do PIB» e conclui que «no processo de planeamento de investigação e desenvolvimento não foram referidas as orientações estabelecidas pela legislação em vigor».

O facto de no próximo Orçamento não se alcançar a meta de 1 % do PIB para investigação — verba que tinha sido prometida por Cavaco Silva para 1990 — faz, na opinião deste órgão, que se corra «o grande risco de tornar inviável o prosseguimento da maioria dos projectos de investigação em curso, pondo-se assim também em causa os próprios objectivos e benefícios do «Programa Ciência».

O facto de se extinguir o INIC antes de terem sido criadas infra-estruturas alternativas deve ser objecto de debate público, para um elevado número de centros de investigação e cientistas. Num documento intitulado «A extinção do INIC?» e enviado às entidades responsáveis, escreve-se que o desaparecimento do Instituto não deve ser feito sem «uma sondagem e debates públicos entre as forças vivas da ciência portuguesa, a fim de apurar da oportunidade de tão drástica

medida tomada num momento em que o Programa Ciência ainda não foi implementado».

A herança que o novo Secretário de Estado recebe bem se pode considerar um presente envenenado: cortes no Programa Ciência, indefinição na investigação universitária, falta de dinheiro para as despesas correntes...

Enfim, perante situações como a de um secretário de Estado que não chegou a tomar posse, a de os centros de investigação estarem à deriva e ainda a da existência de incertezas quanto à duração do Programa Ciência, não posso deixar de colocar-lhe as seguintes perguntas: vai, ou não, ser criado um organismo com fundos idênticos aos do INIC? No caso da sua fundação, de que ministério ficará dependente o referido organismo? Qual o destino dos centros de investigação até ao presente dependentes do INIC? Como pensa o Governo garantir a continuidade dos projectos de investigação em curso?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia (Fernandes Thomaz): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Perante a generalidade da temática que me era proposta, preparei um pequeno texto que «coubesse» dentro dos apertados cinco minutos que me são concedidos para responder e que, penso, constituirá uma *mise-au-point* relevante e envolvente dos problemas relativos à situação actual e às perspectivas de estratégia de desenvolvimento da investigação científica e tecnológica no nosso país. Vou passar a lê-lo.

O crescente interesse com que a problemática da ciência e da tecnologia tem vindo a ser tratada resulta sobretudo da influência que aquele binómio vem exercendo sobre as mutações sociais, económicas e culturais que marcam de forma indelével as sociedades dos nossos dias.

Desde há muito que Portugal não está imune à dinâmica referida, sendo evidente o esforço que tem vindo a ser desenvolvido nas duas últimas décadas, especialmente a partir de meados da década de 70 e com particular incidência a partir de meados de 80, nomeadamente durante os governos do Prof. Cavaco Silva.

De 1984 para 1986, a despesa com I&D (investigação e desenvolvimento), em percentagem do PIB, subiu de 0,4 % para 0,6 % e nos dois últimos anos, os de 1990 e 1991, estima-se que atinja 0,6 % e 0,7 %, respectivamente.

Neste particular, deve referir-se a influência dos programas estruturais de iniciativa nacional com comparticipação comunitária, que geram um clima favorável ao fortalecimento da componente de I&D no conjunto das actividades realizadas no país. Estou a referir-me concretamente aos Programas PEDIP, PEDAP, PRODEP e Ciência de uma forma genérica.

A análise do conjunto de dados disponíveis referentes ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional, em termos do peso relativo dos quatro sectores institucionais que o constituem (Estado, ensino superior, instituições privadas sem fins lucrativos e empresas), quer no que respeita à execução quer ao financiamento das actividades de I&D, permite identificar as seguintes características principais: o ensino superior e os laboratórios do Estado eram os principais executores de actividade de I&D, sendo financiados, maioritariamente, por fundos públicos; as empresas participaram de forma muito débil no esforço de I&D nacional, sendo

basicamente autofinanciadas; as instituições privadas sem fins lucrativos, embora tivessem crescido de importância, ao longo dos anos, denotam ainda uma posição de influência reduzida no conjunto do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Um outro dado que me parece importante reter é o relativo ao pessoal afecto às actividades de I&D, cujo número cresceu apreciavelmente nos últimos anos.

A este propósito, merece ser sublinhado o facto de a actividade científica e tecnológica ter por características um certo tipo de mão-de-obra utilizada de maneira intensiva e onde o respectivo tempo de formação se apresenta bastante longo, não raras vezes ainda mais longo intramuros do que o que é observado junto da maioria dos nossos parceiros comunitários. Inquestionável é o esforço de formação que o País está a desenvolver, onde se manifesta uma generosa adesão por parte dos nossos jovens.

É generalizadamente reconhecido que, no respeitante a comparações internacionais em matéria de I&D, o nosso país revela algumas debilidades quando comparado com um conjunto de outros países habitualmente utilizados para o efeito.

O esforço em I&D mais decisivo é relativamente recente, questão que ganha especial dimensão quando estamos em presença de um sistema cuja mutação estrutural é extraordinariamente lenta, como é o caso do Sistema Científico e Tecnológico, e a qual teve um arranque tardio (meados da década de 70).

Não é possível alterar rápida e qualitativamente a situação comparativa do nosso país; contudo é necessário um esforço determinado e sustentado para reduzir o fosso que nos separa dos nossos parceiros, particularmente daqueles que têm características e dimensão parecidas com as nossas.

É isso que o Governo está a fazer! É isso que consta do nosso Programa!

Para a consolidação da intervenção estratégica que nos propomos realizar, consignada no Programa do Governo, e dando plena cobertura aos seus compromissos eleitorais, torna-se indispensável a capacidade de antecipação das situações futuras, que marcarão de forma inquestionável o ambiente global em que tais acções virão a tomar corpo.

Neste contexto, podem desde já enumerar-se alguns domínios particularmente activos na próxima década em matéria da evolução tecnológica previsível, a qual será marcada por desenvolvimento, cruzamento e articulação de uma série de tecnologias emergentes que prometem reformular os produtos e as soluções de alta tecnologia; incremento cumulativo de uma série de avanços nas actuais tecnologias de base dos sectores de alta tecnologia, levando à exploração dos limites físicos dessas tecnologias — aquilo a que se chama as nanotecnologias — e prosseguimento da difusão de novas tecnologias em sectores tradicionais.

Uma resposta adequada e efectiva no envolvimento citado carece de múltiplos contributos, em que sobressaem as interacções nos domínios da energia, das tecnologias da informação, da microengenharia, da química e da biotecnologia, entre outras, marcando um cenário de globalização económica e de internacionalização, cujos vectores mais importantes têm sido largamente debatidos nesta Casa.

É este o contexto que servirá de quadro ao prosseguimento da estratégia de desenvolvimento científico e tecnológico para o nosso país. Essa estratégia será claramente orientada, em primeiro lugar, para tornar o Sistema Científico e Tecnológico mais competitivo internacionalmente, polarizando-o num número de áreas seleccionadas pela excelência, pela massa crítica e pelas sinergias entre elas,

mantendo, simultaneamente, um apoio a toda a investigação de alta qualidade, a qual tornará possível gerar no futuro novos pólos de excelência e, em segundo lugar, para tornar o Sistema Científico e Tecnológico mais forte e actuante, nomeadamente nas áreas de endogeneização e desenvolvimento tecnológico.

Estes desideratos obrigam a apostar nas seguintes linhas de acção: manter e ampliar a capacidade de Portugal para acompanhar e participar na investigação internacional em domínios científicos de base; desenvolver a capacidade nacional de participar selectivamente em programas tecnológicos europeus no âmbito das tecnologias emergentes e das ciências de base que suportam esse desenvolvimento tecnológico; fortalecer a capacidade de I&D em certos domínios de investigação em recursos naturais; desenvolver as capacidades de I&D nalgumas tecnologias horizontais que podem apoiar quer a modernização de sectores tradicionais quer a diversificação para novos sectores; estimular o desenvolvimento das ciências sociais e humanas, dando especial apoio aos domínios que permitam, por um lado, a consolidação de um correcto sentido de identidade nacional e, por outro, a cooperação científica internacional e apoiar a investigação nas áreas das ciências da saúde, com o objectivo de dar resposta adequada aos problemas que neste campo se põem à nossa população, mantendo também aqui a perspectiva de colaboração internacional, hoje considerada essencial também nesse campo.

O enorme esforço exigido ao País e à nossa comunidade científica e tecnológica requer uma interacção mais dinâmica entre esta e a sociedade em geral, por forma a garantir uma crescente aceitação social desse esforço.

Fazer política é fazer escolhas. As opções que tomámos e que assumimos integralmente são aquelas que se nos afiguram mais adequadas para, no mais curto prazo possível, alcançarmos os níveis médios de desempenho dos nossos parceiros comunitários.

As apostas são claras e os pressupostos também o são. No entanto, temos a consciência de que a tarefa não é trivial. O desafio é grande, mas a vontade e os argumentos que temos para o vencer são ainda maiores!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Luís.

O Sr. Carlos Luís (PS): — O Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia sabe que não respondeu a qualquer pergunta que formulei.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Que injustiça!

O Orador: — De facto, Sr. Secretário de Estado, não só porque V. Ex.^a é um eminente cientista como também estou convencido de que me acompanha neste pensamento, terei de concluir que não tem havido área alguma da governação que tenha sido tão contestada quanto a da investigação, ciência e tecnologia. Aliás, os cientistas portugueses, os investigadores, os centros de investigação, as universidades, os reitores, os professores, os bolseiros têm de norte a sul do País e no estrangeiro, sobretudo os bolseiros, formulado vivas críticas à actuação governamental nesta área. Considero que a área mais deficiente é a que engloba a investigação e a ciência, que tem sido, com certeza, a mais débil da actuação do governo Cavaco Silva. Como exemplo disso, devo dizer que num colóquio que, recentemente, teve lugar

em Bruxelas — e que é conhecimento de V. Ex.^a — não se levantou uma única voz da comunidade científica, ali presente, em defesa da actuação do Governo!...

Por outro lado, os abaixo-assinados de reitores, de professores e de centros de investigação também não têm tido acolhimento por parte dos responsáveis pela tutela desta área. Provavelmente, até V. Ex.^a — e não só como cientista — terá sido, porventura, prejudicado pelo anterior e até por este governo ao ser o último membro do Governo a tomar posse e ao ver alguns dos seus projectos e das suas propostas truncados e a não terem acolhimento por parte dos responsáveis governamentais, até há pouco tempo.

Assim sendo, embora V. Ex.^a não tenha dado resposta às perguntas concretas que lhe coloquei, espero que ainda venha a dá-las.

Já não me referindo à percentagem que o Governo dedica a esta área e que está muito aquém da média comunitária, uma vez que, como sabe — e é verdade —, houve investimentos significativos, sobretudo nestes últimos dois anos, que se devem principalmente às verbas vindas da Comunidade Económica Europeia, devo dizer que estamos longe do 0,6 % para a média comunitária de 2 % ou 2,5 % em relação ao PIB. Estamos muito longe dessa média comunitária e temo que a meta que o Sr. Prof. Cavaco Silva gostaria de alcançar até 1998, até ao fim da década, dos 2 % ou 2,5 %, seja impossível de atingir.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado: qual é a resposta que vai dar aos inúmeros bolseiros que se encontram, sobretudo no estrangeiro, a fazer o doutoramento e o mestrado, aos quais há longos meses não são pagas as bolsas, pelo menos a alguns, e que, perante isto, já se desvincularam do usufruto dessas bolsas, vivendo em extrema dificuldade.

Sr. Secretário de Estado, qual é a cooperação ao nível da ciência e da tecnologia com os PALOP? Quais são os programas que o Governo tem para essas áreas?

Por outro lado, a nossa participação ao nível dos programas comunitários tem também sido muito frágil e debilitada. Qual é a resposta que o Sr. Secretário de Estado vai dar à comunidade científica, que aguarda com ansiedade uma resposta dos organismos de tutela, e que organismo é que vai substituir o INIC? Com que financiamentos e para quando?

Estas são algumas das questões que coloco, Sr. Secretário de Estado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Foram poucas perguntas!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Luís, respondo-lhe com muito gosto dizendo-lhe que o conjunto de questões que formulou é de tal maneira vasto que os três minutos de que disponho não me vão permitir dar qualquer resposta cabal. No entanto, vou procurar responder a algumas das questões.

O Sr. Carlos Luís (PS): — Quando tiver tempo!

O Orador: — Começo pelas questões que têm a ver com a «frustração total», como o Sr. Deputado referiu, relativamente ao Programa Ciência.

Penso que não há uma «frustração total» relativamente ao Programa Ciência. Eu próprio, como disse, sou ou, melhor, era cientista — pelo menos até há pouco tempo — e espero continuar a ser — e constato que não há realmente uma frustração relativamente ao «Programa Ciência». O que há é a identificação de alguns estrangulamentos, de algumas dificuldades para uma total e cabal implementação do Programa. E aqui voltamos ao problema, ou podemos colocá-lo do incremento do investimento na investigação científica e tecnológica no nosso sistema, que, quanto a mim, não pode ser aumentado de uma maneira desregrada porque há sectores onde esse investimento fica condicionado, improdutivo, nomeadamente na formação de recursos humanos.

Portanto, não adianta estar a criar, a fornecer e a proporcionar aos grupos de investigação, que estão sempre ansiosos por isso, mais equipamentos, mais laboratórios, porque não há pessoal humano qualificado para tirar partido desses equipamentos, e confrontamo-nos com uma situação em que temos equipamentos valiosíssimos, da ordem das dezenas ou centenas de milhares de contos cada um, que não estão a ser devidamente aproveitados ou utilizados. Para assim não ser, os equipamentos deviam ser utilizados em, pelo menos, 60 % a 70 % do tempo mas, durante o período em que se está a aguardar a preparação de pessoal investigador qualificado, estão a sê-lo em apenas 5 % a 10 %. Só que ao fim desse período, isto é passados cinco, seis anos, o equipamento está obsoleto.

A evolução tecnológica é extremamente rápida e o equipamento obsoleto-se com enorme rapidez. Daí que a questão de investimento em I&D tenha de ser vista em todos os seus aspectos e contornos, até porque, como pessoas responsáveis que somos pela gestão desse sector, não podemos, pura e simplesmente, só para efeitos de chegar a 1% do PIB, injectar equipamento. Isso seria fácil, pois bastava apenas criar mais programas e obter mais apoios de Bruxelas, que, com certeza, se conseguiriam para a aquisição de equipamentos.

Simplesmente, qual seria a produtividade desse equipamento e desse sistema? Nenhuma! A aquisição de equipamento tem, portanto, de ser acompanhada de um programa forte e intensivo de preparação de pessoal, o que, como sabe, está a ser feito.

A questão dos bolseiros que referiu vem a propósito, pois um dos grandes programas que o Programa Ciência está a desenvolver tem a ver com a formação de alguns milhares de investigadores qualificados, quer no País quer no estrangeiro. E se houve, recentemente, problemas quanto ao pagamento das bolsas eles tiveram fundamentalmente a ver com algo que não controlamos, isto é, com a disponibilização de fundos por parte de Bruxelas e, neste caso, particularmente, por parte do Fundo Social Europeu.

Com efeito, a informação que tenho é a de que, desde Outubro, a transferência de fundos já tinha sido alvo de despacho por parte dos organismos competentes de Bruxelas, mas por questões ligadas à informatização dos serviços, em Bruxelas, só agora chegaram.

Deste modo, neste momento — e estamos no mês de Janeiro —, penso que tudo ficará em dia, ou seja, todos os pagamentos serão satisfeitos: os retroactivos, que não eram nada de essencial, apenas actualizações; as bolsas de todos os bolseiros, incluindo as do mês de Janeiro, quer dos antigos quer dos novos; e ainda a componente relativa às propinas

que eram devidas às universidades portuguesas onde eles estão a fazer os respectivos mestrados ou doutoramentos. Finalmente, há dinheiro para fazer esses pagamentos.

Relativamente aos centros de investigação dependentes do INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica), a que o meu colega, o Sr. Prof. Emídio Gil Santos, já fez algumas referências, gostaria de dizer que a nossa preocupação é a de que as atribuições fundamentais conferidas ao INIC e que têm a ver, particularmente, com o apoio à investigação científica universitária não se percam. Penso que isso não irá acontecer e as acções essenciais do INIC, no âmbito das suas atribuições, não serão afectadas, mas terá de arranjar-se um esquema — até ao momento inexistente — que permita uma maior racionalização e uma melhor coordenação dos meios, dos programas e dos projectos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a nossa próxima reunião plenária terá lugar na quinta-feira, dia 30, às 15 horas, sendo o período de antes da ordem do dia destinado a eventuais declarações políticas e o período da ordem do dia à apreciação da proposta de resolução n.º 1/VI — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas relativo ao Estatuto Legal do Instituto Internacional de Tecnologia do Software da Universidade das Nações Unidas e das propostas de lei n.ºs 10/VI — Autoriza o Governo a rever o Estatuto da Ordem dos Engenheiros e 15/VI — Autoriza o Governo a legislar em matéria fiscal, no sentido de isentar de imposto municipal de sisa e de imposto do selo algumas providências adoptadas ao processo especial de recuperação de empresas reguladas pelo Decreto-Lei n.º 177/86, de 2 de Julho.

Informo ainda a Câmara de que as votações pendentes irão realizar-se à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
Fernando Cardoso Ferreira.
Fernando Correia Afonso.
José Macário Correia.
Manuel Casimiro de Almeida.
Maria Margarida da C. P. Taveira Sousa.
Pedro Augusto Cunha Pinto.

Partido Socialista (PS):

António Domingues Azevedo.
António José Martins Seguro.
António Manuel de Oliveira Guterres.
António Poppe Lopes Cardoso.
António Ribeiro Marques da Silva.
Carlos Cardoso Laje.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Joaquim Américo Fialho Anastácio.

José Rodrigues Pereira dos Penedos.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Rogério Conceição Martins.

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Azevedo Ferreira Lopes.
José Manuel Reis Morais.
Miguel Urbano Tavares Rodrigues.

Centro Democrático Social (CDS):

José Luís Nogueira de Brito.
Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes:

Isabel Maria Almeida Castro.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA



DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 120\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codes